

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ACTA N.º 10/2011

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2011

(Contém X folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Andreia Martins Cardoso da Costa** -----  
VEREADOR **Francisco Cota Rodrigues**-----  
VEREADORA **Raquel Margarida Pinheiro da Silva**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADORA **Maria Teresa Valadão Caldeira Martins**-----  
VEREADOR **Fernando Francisco de Paiva Dias**-----  
VEREADOR **Alonso Teixeira Miguel**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADORA -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----

## **Acta nº 010/2011 Reunião de 28/02/2011**

No dia 28 de Fevereiro de 2011, realizou-se no Edifício de Informática e Biblioteca da Freguesia do Posto Santo a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, sob a presidência de **Andreia Martins Cardoso da Costa**, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Vereadores **Francisco Cota Rodrigues, Raquel Margarida Pinheiro da Silva, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins e Alonso Teixeira Miguel**.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

Após saudação aos presentes a Presidente fez uma breve explicação sobre o modo de como se processam as reuniões públicas.-----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Seguidamente e antes do início do Período Antes da Ordem do Dia, a Presidente avançou com duas informações. A primeira, relativa à reunião da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, da Madeira e Municípios de Portugal com o Presidente da República, Prof. Aníbal Cavaco Silva, tendo esta decorrido na semana anterior à realização da presente reunião. Segundo a Presidente, o objectivo do pedido da audiência ao Chefe de Estado teve a ver com as transferências de IRS não efectuadas para as autarquias dos Açores e da Madeira, tendo o Presidente da República registado as preocupações dos Municípios Açorianos e Madeirenses. Existe uma divergência de entendimento entre o Ministério das Finanças e os Municípios dos Açores e da Madeira, que tem prejudicado as receitas que são devidas às Autarquias. Em causa estão 5% das receitas de IRS que, nos termos da lei das Autarquias Locais deveriam ser transferidas para os Municípios dos Açores e da Madeira, tal como acontece com os do continente. Mas tal facto não está a acontecer com a devida regularidade. A Presidente afirmou no caso do Município de Angra, as verbas por transferir representam já uma receita superior a um milhão de euros, sendo esse um factor penalizador para o financiamento das actividades que pretendem desenvolver. A Presidente acrescentou que se trata de uma situação duplamente penalizadora, pelo facto de se tratar de uma receita que o Município não obtém e que sendo uma receita corrente, penaliza a execução da despesa corrente e, por outro lado, é sobre esses 5% do IRS que todos os Municípios do País podem optar por devolver aos seus Municípios uma parte correspondente dessa receita.-----

A segunda informação dada pela Presidente tem a ver com a sua deslocação à freguesia de São Pedro, agendada para 02 de Março, para uma visita nos termos do que é habitual fazer às freguesias do Concelho.-----

Outro assunto abordado pela Presidente refere-se à realização do Desfile Infantil de Carnaval a 04 de Março. Tendo em conta que deu entrada nos serviços camarários um pedido de interrupção de trânsito e por este ter que ser autorizado antes da referida

data, a Presidente propôs que o assunto fosse incluído na Ordem do Dia, o que mereceu a concordância de todos os Vereadores. -----

Em seguida deu-se início à aprovação das actas. A Vereadora Teresa Valadão, sugeriu, relativamente a acta do dia 21 de Fevereiro, que na página 25 fosse alterado o 2º parágrafo, referente a ocultação dos nomes das pessoas, relativamente aos pedidos de apoio de estratos sociais desfavorecidos, proposta que foi aceite pelos Vereadores. --

Ainda em relação à mesma acta, a Presidente abordou as propostas de alteração apresentadas pelo Vereador Alonso Miguel colocou três questões. Na primeira, o Vereador constatou que numa página falta o primeiro nome do Sr. Vereador Hugo Lourenço, a segunda prende-se com o facto de que por três situações o Vereador Alonso Miguel ser referido como Alonso Luís, bem como a Vereadora Raquel, em certo ponto, ser tratada como Raquel Dias. A última questão refere-se à empresa que tem a seu cargo a tarefa de transcrever as actas, pelo que a Presidente explicou que a escolha da empresa Azor Waves, prende-se com o facto da mesma ter capacidade de resposta para elaborar a acta das reuniões semanais do executivo municipal num curto período de tempo, em pouco mais de 24 horas, a um preço razoável.-----

O Vereador Fernando Dias fez três propostas quanto à mesma acta. A primeira prende-se com uma intervenção feita pelo Vereador Luís Brasil, a segunda refere-se ao licenciamento 01/2009/289, propõe-se que após uma análise se for de importância especificar melhor o conteúdo da intervenção deve-se proceder a uma alteração da sua redacção em acta. No que se refere ao Orçamento da TERMAB, a Presidente afirmou que o conteúdo proposto pelo Vereador Fernando Dias se encontra correcto, tendo o Vereador Fernando Dias proposto que se coloque o valor do orçamento da TERAMB na respectiva deliberação. Em seguida procedeu-se à votação da acta nº 9 de 2011 da reunião de 21 de Fevereiro, a qual foi aceite por unanimidade.-----

Relativamente a acta nº 8, de 14 de Fevereiro de 2011, o Vereador Fernando Dias sugere uma revisão do português utilizado na redacção, bem como a legislação invocada relativamente à suspensão do PDM para as Doze Ribeiras.-----

Quanto à acta nº 29, de 14 de Dezembro 2010, o Vereador Fernando Dias considerou relevante a introdução dos valores que foram aprovados relativos ao orçamento da Culturangra EEM e alertou ainda para o facto de faltar a declaração de voto dos Vereadores do PS relativa ao Plano e Orçamento dos SMAH, anexa à acta em questão.

Em seguida, a Presidente concedeu a palavra ao Vereador António Ventura. Após saudar os presentes, o Vereador António Ventura, começou por abordar a questão das verbas do IRS, afirmando que pior do que o não pagamento das verbas do IRS, é o Estado pedir a devolução das verbas que já foram pagas, que é o que está a acontecer por parte do Governo da República relativamente às Autarquias da Madeira. O Vereador António Ventura diz, que nos Açores, ainda não houve corte nas transferências orçamentais, mas o Ministério das Finanças pode pedir a devolução do dinheiro que acha que foi incorrectamente atribuído. No seguimento da sua intervenção, o Vereador António Ventura perguntou à Presidente se a devolução já era um facto e se esse assunto foi abordado em reunião com o Presidente da República e se tem conhecimento dessa solicitação das verbas que o Ministério das Finanças diz que foi indevidamente pagas à Região Autónoma dos Açores. Em resposta a Presidente referiu que através do que foi dito na reunião com o Presidente da República, a devolução não foi pedida às Autarquias, mas sim ao Governo Regional da Madeira. Quanto ao Governo Regional dos Açores até à data, este não se manifestou sobre o assunto e disse não saber se aconteceu um pedido semelhante nos Açores. Acrescentou que as transferências para as Autarquias dos Açores ocorreram entre Janeiro a Novembro e em Dezembro tal já não aconteceu, não tendo, contudo, qualquer informação se foi ou não pedida a devolução das verbas entretanto pagas ao Governo Regional. Concluiu que, nos termos já acertados em reunião do executivo, a Câmara Municipal já avançou com o

procedimento, tendo em vista a interpor uma acção contra o Governo da República para receber as verbas em atraso.-----

No âmbito da Agenda Local 21, o Vereador António Ventura informou que existe um conjunto de Autarquias que já elaboraram o seu plano e aderiram ao compromisso Aalborg. A Agenda Local 21 é um compromisso com um conjunto de situações no âmbito da sustentabilidade para diversas temáticas, em que há uma prioridade no âmbito ambiental e para tal o Vereador pergunta se nesse sentido, a Câmara Municipal de Angra já criou o seu plano, que acções tem vindo a fazer e se já aderiu ou se pensa aderir ao compromisso Aalborg. A Presidente respondeu que a Câmara Municipal há alguns meses, apresentou, em reunião de Câmara, um esboço sobre a abordagem da Agenda Local 21. Referiu, ainda, que entretanto já foi constituído um grupo de trabalho que já desenvolveu um conjunto de propostas específicas por área e que, até ao final do mês de Março, poderá apresentar elementos mais definitivos e estruturados sobre o assunto, estando prevista após essa apresentação a assinatura do compromisso. -----

No âmbito dos protocolos com as colectividades desportivas, o Vereador António Ventura, questionou sobre quando estará agendada a assinatura dos mesmos, bem como, até quando seriam realizadas as tranches do pagamento, uma vez que a época desportiva começa em Setembro e termina em Junho. A Presidente alertou para o facto de em primeiro lugar ter que haver a reunião de Câmara para deliberar os apoios a conceder às colectividades desportivas. Acrescentou que foi já apresentada uma proposta com o apoio a atribuir mas a mesma teve que ser revista porque o montante é superior ao que consta no cabimento orçamental. Disse ainda que, em princípio, o assunto deverá ser analisado numa próxima reunião de Câmara. -----

O Vereador António Ventura, em seguida, fez uma referência para a necessidade de haver mecanismos de protecção da Lagoa do Ginjal, assunto que já tinha sido abordado em anterior reunião de Câmara. Disse que a Lagoa do Ginjal está referenciada nos mapas turísticos, mas por ser uma lagoa particular e ainda não tem regras de protecção e conservação. Para tal, o Vereador António Ventura considera que a Câmara poderia, em diálogo com o Governo Regional, apelar para o início do conjunto de procedimentos tendo em vista a sua protecção e conservação. -----

Seguidamente, o Vereador António Ventura, alertou que na zona de São Carlos haver a necessidade de existir um semáforo na saída da Canada dos Folhados e no Caminho do Meio, pois quem desce a canada tem dificuldade em encontrar uma boa circulação para poder chegar a Angra, pelo que julga que um semáforo resolvia a situação. Em resposta, a Presidente disse que na execução da obra na Canada dos Folhados foi deixada a infra-estrutura eléctrica tendo em vista a colocação de um semáforo naquela que é a estrada municipal e que liga a Canada dos Folhados ao Caminho do Meio de São Carlos. Por seu turno, o Caminho do Meio é uma estrada regional pelo que já foram efectuados contactos com a Delegada das Obras Públicas para implementar esse tipo de solução.-----

Seguidamente, o Vereador António Ventura referiu que continuam a espera da informação relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, bem como, da reunião com o Conselho do Governo. Pelo que a Presidente explicou que uma das questões é de sua responsabilidade e a outra tinha que averiguar o que se passa. -----

O Vereador António Ventura, perguntou se já estava prevista alguma reunião do Conselho Municipal da Educação, tendo a Presidente respondido que já tinham sido reenviados ofícios a pelo menos quatro escolas a solicitar novamente a indicação dos seus representantes.-----

Relativamente à Estalagem da Serreta, o Vereador António Ventura perguntou se já tinha dado entrada na Câmara Municipal algum projecto para a sua reabilitação, tendo a Vereadora Raquel Silva afirmado que ia averiguar essa situação. -----

Por fim, o Vereador António Ventura achou por bem comentar e chamar a atenção para uma acção que tinha ocorrido no dia anterior, que no seu entender, pôs em causa a liberdade de expressão e a democracia. Um Bailinho de Carnaval de Idosos, que decorria no Centro Social do Juncal, em que fazia uma crítica à distribuição de cabazes, foi interrompido por responsáveis da Acção Social da empresa Praia em Movimento, repudiando e dizendo que aquela situação abordada no Bailinho não era real. Para tal e como eleito local e exercendo funções públicas, o Vereador António Ventura quis publicamente repudiar esse acto de criticar publicamente aqueles que usam a liberdade de expressão, através de uma manifestação popular que tem séculos de existência e que, inesperadamente, viram a exibição do seu Bailinho ser interrompida. -----

Em seguida, o Vereador Fernando Dias colocou algumas questões. A primeira prende-se com a transferência de competências das juntas de freguesia e quando as mesmas teriam disponibilidade financeira para exercer as competências que lhe foram delegadas este ano. A segunda questão foi referente à existência da data de apresentação do terceiro pacote de estradas. Por fim, foram apresentadas duas questões por parte do Presidente da Junta de Freguesia do Raminho, que pediu ao Vereador Fernando Dias, que junto da Câmara fosse informado a situação de dois pedidos. O primeiro referente à necessidade de materiais prometidos pela Presidente para a construção de um armazém/garagem, bem como de uma retroescavadora para a abertura de alicerces e um camião para remover entulho, sendo que este pedido enviado no dia 08 de Fevereiro por e-mail. O segundo pedido refere-se à construção de um reservatório de abastecimento de água à lavoura do Raminho. A Presidente da Câmara respondeu que primeiro teria de saber se o pedido do dia 08 de Fevereiro já tinha seguido para os serviços e se teriam as máquinas que o Presidente da Junta da Freguesia do Raminho necessita. Caso o pedido já estivesse nos serviços e as máquinas disponíveis, então o assunto irá à reunião de Câmara para se deliberar sobre os pedidos. Quanto à data de apresentação do terceiro pacote de estradas, a Presidente disse que, no próprio dia já tinham sido apresentados os projectos e em conversa com o Chefe de Divisão, tinha obtido a informação que, em princípio, na reunião de 09 de Março, a Câmara já estará em condições de deliberar sobre essa matéria. Respondendo à questão das transferências de competências para as juntas de freguesia, a Presidente afirmou, que houve um pequeno atraso nesse processo derivado ao facto de que algumas juntas de freguesia se terem esquecido de dar resposta à proposta de protocolo, mas que desde quarta-feira ou quinta-feira passada já tinham toda a informação necessária, pelo que agora será só uma questão de se assinar os protocolos e de se proceder às transferências.-----

Por sua vez, o Vereador Alonso Miguel alertou para o facto de que na zona Industrial, em frente ao lote da empresa João de Medeiros e do Restaurante da Néné, quando chove, não existir escoamento de águas. A Vereadora Raquel Silva referiu que já se encontrou a solução, que passa por se fazer no local um poço sumidouro.-----

Em seguida, procedeu-se às deliberações da Ordem do Dia.-----

## Ordem do Dia

### DELIBERAÇÕES DIVERSAS

#### Cartão de estudante

Ent. 851 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Marco Alexandre Antunes Barros. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 909 – Pedido emissão de cartão de estudante para utilização de transporte inter-parques, efectuado por Joaquim Baptista dos Santos. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

#### Selos de Residente

Ent. 837 – Pedido de emissão de selo de residente efectuado por Wilson Miguel Ávila Vieira, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 732 – Pedido de emissão de selo de residente efectuado por Nélia Maria Amaral Vieira Raposo, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 863 – Pedido de substituição de selo de residente efectuado por Rosa Margarida dos Ramos Sequeira Teves, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro,

alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 955 – Pedido de substituição de selo de residente efectuado por Raúl António de Barcelos Tanger Correia, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 886 – Pedido de substituição de selo de residente na sequência de extravio, efectuado por Roberto Carlos Gomes Aguiar, para autorização do órgão executivo, nos termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 943 – Pedido de substituição de selo de residente na sequência de extravio, efectuado por Mário Jorge do Amaral Gores, para autorização do órgão executivo, nos termos dos artigos 11.º e 16.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Ent. 739 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Tadeu Goulart Sarmento, destinado à filha Mónica Sofia Nunes Sarmento Valadão, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como com o artigo 86.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 828 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Carlos Rui Raposo Pamplona Nunes, para decisão do órgão executivo sobre o projecto de indeferimento,

nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como com o artigo 86.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o projecto de indeferimento.** -----

Ent. 832 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Zélia Maria Barcelos Tânger Correia Nunes, para decisão do órgão executivo sobre o projecto de indeferimento, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como com o artigo 86.º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com o projecto de indeferimento.**-----

Ent. 6386 – Pedido de emissão de selo de residente, efectuado por Rui Natal Sousa Costa, para decisão do órgão executivo sobre a proposta de indeferimento, nos termos do artigo 11.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido.** -----

#### Publicidade

Ent. 807 – Pedido de cancelamento de mensagem publicitária, efectuado por Espaço Lopes Unipessoal, Lda, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º-A do Regulamento Municipal de Licenças e Coimas à Publicidade e Propaganda, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido de cancelamento.** -----

Ent. 915 – Pedido de cancelamento de mensagem publicitária, efectuado pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º-A do Regulamento Municipal de Licenças e Coimas à



Publicidade e Propaganda, conjugado com a alínea a) do n.º 5 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido de cancelamento.**-----

#### Licença Especial de Ruído

Ent. 846 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado pela Associação Cultural do Porto Judeu, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 939 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado pela A.C.T.U.S.A - Associação Cultural Tuna Universitas Scientiarum Agrariarium, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 958 – Pedido de emissão de licença especial de ruído, efectuado por Bruno David Mão de Ferro Medeiros, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 27º, n.º 1 do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2010/A, de 30 de Junho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

#### Cancelamento de Lugar Reservado

Ent. 899 – Pedido de cancelamento de lugar de estacionamento reservado, efectuado pela Açorbordados, Lda, para autorização do órgão executivo, nos termos do artigo 7.º do Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, conjugado com a alínea u) do n.º 1 artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido de cancelamento.**-----

Passeio Todo-o-Terreno  
“TRANSTERCEIRA”

Ent. 77 – Pedido de licenciamento para a realização do Passeio Todo-o-Terreno “TRANSTERCEIRA”, efectuado pelo Terceira Automóvel Clube, o qual terá lugar nos dias 11, 12 e 13 de Março de 2011, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

Variedade Taurina

Ent. 946 – Pedido de licenciamento para a realização de uma variedade taurina (Tourada dos Estudantes), efectuado por Diogo Alexandre Melo Rocha, a qual terá lugar no dia 6 de Março de 2011, na Monumental Praça de Touros da Ilha Terceira, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 64.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2010/A, de 16 de Março, conjugado com a al. a) do n.º 5 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Desfile de Carnaval – Interrupção de  
Trânsito

Ofício n.º 117/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, da Culturangra, EEM, solicitando a interrupção de trânsito, entre o Alto das Covas e a Praça Velha, no próximo dia 4 de Março de 2011, por motivo de realização de um Desfile Infantil de Carnaval, para autorização do órgão executivo municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

### Certidão de destaque

Processo n.º 02/2011/3 - Requerimento datado de 9 de Fevereiro de 2011, de **Maria Vieira Leonardo da Silva e outros**, residente na Rua da Saúde, n.º 56, freguesia de Santa Cruz, Concelho da Praia da Vitória, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 9, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de emissão de certidão de destaque para um prédio sito nas Contendas, freguesia da Vila de São Sebastião. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.** -----

### Projectos de Arquitectura

Processo n.º 01/2011/4 - Requerimento datado de 5 de Janeiro de 2011, de **Tânia Marisa Pires Rodrigues Aguiar**, residente às Presas, n.º 27, freguesia de Altares, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à construção de uma moradia sita nas Presas, freguesia de Altares. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.**-----

Processo n.º 01/2011/9 - Requerimento datado de 14 de Janeiro de 2011, de **Avelino Luis Dias Gonçalves**, residente na Rua do Salinas, n.º 2, freguesia de Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à remodelação de um edifício destinado a comércio sito na Rua da Palha, n.º 45/47, freguesia de Sé. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.** -----

Processo n.º 01/2010/107 - Requerimento datado de 2 de Junho de 2010, de **Paula Cristina Aurora da Silva Parreira Ventura**, residente no Terreiro das Covas, n.º 26, freguesia de Ribeirinha, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março,

referente à construção de um armazém sito no Terreiro das Covas, freguesia de Ribeirinha. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.** -----

Quanto ao processo nº 01/2010/107, o Vereador Alonso Miguel, questionou se haveria alguma razão específica, visto o requerimento ser datado de 02 de Junho de 2010, pelo que a Vereadora Raquel Silva explicou que existem processos que são devolvidos por não estarem em condições ou por falta de documentos. Acrescentou que mesmo que seja um processo linear, o requerente faz a entrega do projecto de arquitectura, que leva entre dois a três meses a recolher pareceres de todas as entidades para dar aprovação. Depois o requerente tem seis meses para entregar os projectos de especialidades. Até que os projectos sejam aprovados novamente pela entidade, geralmente o licenciamento pode durar até um ano se o requerente assim o entender. -----

#### Projecto de Especialidade

Processo n.º 01/2009/265 - Requerimento datado de 16 de Fevereiro de 2011, de **Marco Aurélio Silva Coelho**, residente na Ladeira Grande, n.º 136, freguesia de Ribeirinha, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à construção de uma moradia com garagem sita na Canada do João Pacheco, n.º 53, freguesia de Porto Judeu. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.** -----

#### Propriedade horizontal

Processo n.º 01/2009/84 - Requerimento datado de 9 de Fevereiro de 2011, de **Ana Isabel Viceto Picanço**, residente na Rua Professor António José de Melo, n.º 7, freguesia de Ribeirinha, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 3, artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente à rectificação da constituição de um edifício sito na Rua Professor António José de Melo, freguesia de Ribeirinha, em regime de propriedade horizontal, aprovada por despacho

da Vereadora com competência delegada na Gestão dos Serviços Técnicos de 07/10/2010. Encontra-se munido de parecer favorável do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou autorizar este pedido, nos termos do parecer técnico.**-----

#### Licenciamentos

Processo n.º 04/2011/47 - Requerimento datado de 1 de Fevereiro de 2011, de **Vasco Augusto Sodré Aguiar**, residente no Caminho de Baixo, n.º 15, freguesia de São Pedro, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de ocupação da via pública para obras de conservação, nomeadamente através de picagem, revestimento e pintura da fachada de um prédio sito na Rua da Palha, n.º 59, freguesia de Sé. Encontra-se munido de parecer favorável da Direcção Regional da Cultura. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.**-----

Processo n.º 04/2011/26 - Requerimento datado de 24 de Janeiro de 2011, de **Isabel Mafalda de Andrade Noronha Bretão**, residente na Rua Carreira dos Cavalos, n.º 31, freguesia de Sé, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea d) do n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, referente ao pedido de ocupação da via pública para obras de conservação, nomeadamente através de picagem, revestimento e pintura da fachada de um prédio sito na Rua Carreira dos Cavalos, n.º 31, freguesia de Sé. Encontra-se munido de parecer favorável da Direcção Regional da Cultura.- **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar este projecto, nos termos do parecer técnico.**-----

#### Circulação de veículos pesados

Processo n.º 07/2011/4 - Requerimento datado de 21 de Fevereiro de 2011, de **Bentrans – carga e Transitários SA**, com sede no Caminho do Barreiro – Belo Jardim, freguesia de Santa Cruz, concelho de Praia da Vitória, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea f), n.º 2, artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, referente ao pedido de circulação de um veículo pesado no centro da cidade de Angra do Heroísmo para a obra do Museu de Angra do Heroísmo, no dia 2 de Março. Encontra-se munido de parecer favorável

do Director do Departamento de Gestão e Sustentabilidade do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos do parecer técnico. -----**

Processo n.º 07/2011/5 - Requerimento datado de 21 de Fevereiro de 2011, de **Bentrans – carga e Transitários SA**, com sede no Caminho do Barreiro – Belo Jardim, freguesia de Santa Cruz, concelho de Praia da Vitória, para decisão do órgão executivo, nos termos da alínea f), n.º 2, artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, referente ao pedido de circulação de um veículo pesado no centro da cidade de Angra do Heroísmo para a obra do Museu de Angra do Heroísmo, no dia 23 de Março. Encontra-se munido de parecer favorável do Director do Departamento de Gestão e Sustentabilidade do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido, nos termos do parecer técnico. -----**

Antes da deliberação relativa ao pedido de apoio nº 244, a Presidente afirmou ter sido pedido mais alguma informação, para além de ter falado com o Dr. Paim, que lhe transmitiu ter inúmeras dificuldades em obter apoio da indústria farmacêutica. O congresso terá a participação de cento e vinte pessoas, pelo que a Presidente propôs, à semelhança do que tinham feito no ano anterior, atribuir um apoio de dez euros por pessoa. Igualmente foi proposto que o valor do pedido fosse alterado para mil e duzentos euros, desde que exista cabimento orçamental. -----

#### Pedido de apoio

Ent. 244 – Novamente presente a comunicação do Serviço de Cirurgia do Hospital de Santo Espírito, do mês de Janeiro findo, dando conta que irá realizar, de 19 a 20 de Maio do ano em curso o seu VII Congresso de Cirurgia e solicitando o apoio que a edilidade possa dispensar, para decisão do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4, artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. A Presidente da Câmara propõe a atribuição de um apoio no valor de € 1 200,00 (mil e duzentos euros). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a atribuição de um apoio no valor de € 1 200,00, desde que se verifique o cabimento orçamental.-----**

Pedido de apoio – Regulamento  
de Incentivo a Actividades de  
Interesse Municipal

Ent. 775 – Pedido da Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião, de 7 de Fevereiro de 2011, solicitando um apoio tendo em vista a restauração da Ermida da Santa Casa da Misericórdia da Vila de São Sebastião, a qual se encontra em estado de degradação.-----

O presente pedido é remetido ao órgão executivo municipal, para decidir sobre o “especial interesse do pedido para o Concelho”, nos termos do ponto 3 do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Incentivo a Actividades de Interesse Municipal, uma vez que o mesmo foi apresentado fora do prazo do período de candidatura. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, decidiu considerar de especial interesse municipal este pedido de apoio.**-----

1.ª Conferência Internacional de  
Empreendedorismo – Açores 2011

Ent. 264 – Informação da Unidade de Gestão Estratégica e Serviços Integrados, respeitante à realização da 1.ª Conferência Internacional de Empreendedorismo – Açores 2011, que terá lugar no dia 9 de Abril de 2011, no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo. Tendo em conta o interesse na co-organização do evento em causa, com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, atento a temática e projecção do Município para além fronteiras, o presente assunto é remetido ao órgão executivo municipal, para deliberar sobre a parceria em apreço, para efeitos de promoção e apoio ao desenvolvimento de eventos relacionados com a actividade de interesse municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, declarou a parceria de interesse municipal.**-----

Relativamente à 1ª Conferência Internacional de Empreendedorismo, a Presidente informou que a proposta foi apresentada por um jovem que vai reunir um conjunto de personalidades na área do empreendedorismo, pelo que pretende que a iniciativa seja uma parceria entre a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo e a Câmara Municipal

de Angra, considerando que é de interesse que a mesma seja realizada. Nesse sentido, a Presidente considerou que a proposta deveria ser declarada de especial interesse municipal.-----

Protocolo de colaboração  
“Cidadania e Sustentabilidades  
no Séc. XXI” – Adenda n.º 1

Ent. 630 – Ofício n.º S-DRE/2011/689, de 1 de Fevereiro de 2011, da Secretaria Regional da Educação e Formação, remetendo para assinatura dois exemplares da Adenda n.º 1 ao protocolo de colaboração “Cidadania e Sustentabilidades no Séc. XXI”, para apreciação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea h), n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a assinatura da adenda ao protocolo.** -----

A Presidente informou que o referido protocolo foi assinado entre a Câmara Municipal e um conjunto alargado de entidades a nível regional, entre elas, a Secretaria Regional de Educação e Formação. A adenda, explicou a Presidente é para permitir à Associação Geoparques Açores a adesão ao protocolo. O Vereador Fernando Dias, disse ter visto o protocolo, mas gostaria de saber qual o valor do mesmo, pelo que a Presidente da Câmara informou que até à data não houve custos para a Autarquia, pois não se trata de uma questão de valores, mas sim, de participação das escolas. Ou seja, é um projecto que visa dar formação aos professores e promover a cidadania, pelo que os eventuais custos podem ter a ver com a formação. O Vereador Fernando Dias também fez referência o facto de não saber que a Câmara participaria na formação de professores. Em resposta a Presidente disse que a participação da Câmara vai no sentido de disponibilizar espaços, entre outros apoios. -----



2.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções  
do Plano de 2011

Ent. 962 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal para deliberação do Órgão Executivo, no sentido de aprovar a 2ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2011, nos termos do ponto 8.3 do POCAL, publicado através do DL nº 54 – A/ 99 de 22 de Fevereiro, conjugado com a alínea d) do nº 2 do art. 64 da Lei 5-A / 2002 de 11 de Janeiro, com vista ao reajustamento de diversas dotações de despesas, no valor global de € 47 071,00, sem alteração do valor global do Orçamento em vigor. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 6 votos a favor, da Presidente, dos Vereadores do PS e dos Vereadores do PSD e 1 abstenção do Vereador do CDS-PP, aprovou a 2.ª alteração orçamental.**-----

Relativamente à 2ª Alteração ao Orçamento de Grandes Opções do Plano de 2011, a Presidente considerou ser essencial que se diga que, ao nível dos aumentos mais substanciais e das reduções da última alteração ao orçamento, houve a inclusão de um projecto de avaliação dos Paços do Concelho e dos edifícios situados na retaguarda. Foi avaliado todo o espaço e foi feita uma proposta pela empresa de arquitectura, de reorganização dos espaços em função da nova orgânica. Alguns espaços requerem pequenas alterações físicas, outras a harmonização do mobiliário e também a aquisição de mobiliário. Adiantou que na última alteração ainda não dispunham do valor de custo, sendo por isso o que está prevista na rubrica 0102/070109. A Presidente disse, ainda, que o valor de 1.227 euros se destina à abertura de uma janela para a tesouraria. A reparação do piano foi uma despesa iniciada em 2010 mas que seria paga em 2011 e para reduções havia duas acções, a habitação social e a Casota. Na rubrica 0407/010413, a Presidente informou que os 2.153 euros são para o mobiliário.-----

O Vereador Fernando Dias colocou a questão da utilidade relativamente ao guiché com parlatório, pois pensava já não existir razão de ser para tal nos termos da modernização administrativa, ao que a Presidente respondeu que esse tipo de guiché continua a existir nas tesourarias. A Vereadora Raquel Silva, referiu que de momento um munícipe ao chegar à Câmara tem de percorrer vários sítios de atendimento ao público e o que se pretende é criar um único espaço onde as pessoas possam fazer todas as suas movimentações necessárias. -----

### Cartão Municipal do Idoso

Ent. 936 – Relação do Gabinete de Desenvolvimento Económico, Humano e Social relativa a pedidos de emissão de cartões municipais do idoso, destinados aos seguintes munícipes: Lúcio Manuel Goulart Ferreira, Maria Conceição Rodrigues Pacheco Romeiro, Luís Ferreira Areias e Eugénio José Fernandes, para aprovação do órgão executivo municipal, nos termos da alínea b) do n.º 4, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou a emissão dos cartões de idoso em causa.**-----

### Habitação social – Plano de Pagamentos

Ent. 905 – Pedido de **Leontina Brasil Jesus Fernandes**, de 17 de Janeiro de 2011, solicitando a actualização da renda da moradia sita na Rua José Barcelos Ramos, n.º 13, Freguesia da Terra Chã, bem como autorização para liquidar as rendas em atraso. O presente pedido é remetido ao órgão executivo municipal, para decisão, quanto ao plano de pagamento com vista à regularização da situação em apreço, nos termos das disposições conjugadas da alínea d), do artigo 24.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o plano de pagamentos em causa.**-----

Ent. 920 – Pedido de **Maria de Lourdes Antunes Teixeira**, de 2 de Fevereiro de 2011, solicitando a actualização da renda da moradia sita no Arruamento B, n.º 190, Lameirinho, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. O presente pedido é remetido ao órgão executivo municipal, para decisão, quanto ao plano de pagamento com vista à regularização da situação em apreço, nos termos das disposições conjugadas da alínea d), do artigo 24.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o plano de pagamentos em causa.** -----

Ent. 921 – Pedido de **Manuel Goulart Simões**, de 21 de Fevereiro de 2011, solicitando a actualização da renda da moradia sita no Arruamento D, n.º 74, Lameirinho, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição. O presente pedido é remetido ao órgão executivo municipal, para decisão, quanto à alteração ao plano de pagamento anteriormente aprovado, com vista à regularização da situação em apreço, nos termos das disposições conjugadas da alínea d), do artigo 24.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro e alínea d), do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a alteração ao plano de pagamentos em causa.**-----

Pedidos de Apoio no âmbito do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos

Nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal decidir sobre os pedidos apresentados:-----

Ent. 268 – Pedido datado de 5 de Janeiro de 2011, de **Maria da Conceição Silveira da Costa**, com vista à atribuição de um apoio para a remodelação de uma cozinha da moradia sita no Refugio, n.º 124, freguesia do Porto Judeu. Pedido novamente presente à Reunião de Câmara. Não reúne as condições para se candidatar ao apoio pretendido em virtude de não conseguir fazer prova da propriedade do imóvel ou autorização de um dos herdeiros, conforme estipulado na alínea h) do n.º 12 do Clausulado Geral do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos. Para além de que acresce o facto dos rendimentos do agregado familiar, ultrapassarem o valor estipulado, como condição de apoio, tal como descreve a alínea b) do n.º 9 do respectivo Regulamento. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou indeferir este pedido.**-----

Ent. 929 – Pedido datado de 10 de Dezembro de 2009, de **Júlia da Conceição Ávila Barcelos Silveira**, com vista à atribuição de um apoio para proceder à substituição de 10 janelas, 10 persianas e a porta de entrada, da moradia sita no Caminho Corrente, n.º 46, freguesia das Doze Ribeiras. A requerente apresentou orçamento, sendo que o cálculo efectuado pelos técnicos municipais nos termos dos pontos 7 a 11 do Clausulado

Geral do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos para as obras necessárias é de 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta euros). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de € 2 750,00.** -----

Ent. 2471 – Pedido datado de 5 de Março de 2010, de **Filomena de Fátima Melo da Silva Rocha**, com vista à atribuição de um apoio para arranjo do tecto, com forro e telha e revestimento exterior das paredes traseiras da moradia sita no Refugio, n.º 120, freguesia do Porto Judeu. A requerente apresentou orçamento, sendo que o cálculo efectuado pelos técnicos municipais nos termos dos pontos 7 a 11 do Clausulado Geral do Regulamento Municipal de Concessão de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, para as obras necessárias é de 1.291,00 (mil duzentos e noventa e um euros). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou atribuir um apoio no valor de € 1 291,00.**-----

Após a deliberação do último pedido de apoio a estratos sociais desfavorecidos, o Vereador António Ventura, apresentou uma recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata. O Vereador António Ventura começou por referir que vivemos medidas de austeridade e que levaram a determinadas dificuldades no âmbito das famílias. Disse que essas medidas levaram a cortes salariais, os bens de consumo aumentaram e pode nesse sentido ter aumentado a pobreza. Acrescentou que ao vivermos num tempo de crise, as primeiras entidades a serem procuradas são as entidades de solidariedade social, pois estas oferecem desde bens, alimentos, ou seja, oferecem o que a família no imediato precisa. Para tal o Vereador António Ventura afirmou que o número de pessoas a recorrer às entidades de solidariedade social pode aumentar, manter-se ou baixar. Assim, a recomendação por parte dos Vereadores do Partido Social Democrata foi no sentido de se proceder à auscultação a um conjunto de entidades que possam dar a conhecer as suas funcionalidades, para assim existir um conhecimento mais real da situação e permitir uma decisão a favor das famílias. O Vereador António Ventura sugeriu que a Câmara solicite às juntas de freguesia e diversas entidades, nomeadamente, a Caritas, a Santa Casa da Misericórdia e a Cruz Vermelha para se pronunciem por escrito, sobre o que consideram ser a realidade social, ou solicitar uma reunião para debater a questão em causa. Após a apresentação por parte do Vereador António Ventura, a Presidente reconheceu que é de facto útil

conhecer a sensibilidade das instituições, mas mais do que conhecer essa sensibilidade é importante conhecer a realidade. Nesse âmbito, acrescentou que existem entidades públicas cujo âmbito da acção é exactamente esse como é o caso da Direcção Regional de Solidariedade Social, que reúne informação sobre a matéria e poderá facultá-la. A Presidente afirmou que de facto não existe dados sobre os índices de pobreza do Concelho, mas existem factores para saber se as pessoas vivem com mais ou com menos dificuldades económicas. Para tal a Presidente concordou com a solicitação, numa primeira instância, de dados à Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, para uma caracterização ao nível da situação em que as pessoas actualmente vivem.-----

Recomendação dos Vereadores do  
Partido Social Democrata

Ent. 883 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, de 15 de Fevereiro de 2011, no sentido de ser promovida uma auscultação às Instituições de Solidariedade Social existentes no Concelho de Angra do Heroísmo, com vista a pronunciarem-se sobre a situação social no âmbito das suas actividades. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou auscultar a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social.**-----

Alteração de data de reunião do  
executivo municipal

Proposta verbal da Presidente da Câmara Municipal, no sentido de a reunião do órgão executivo municipal agendada para o dia 7 de Março de 2011, ser alterada para o dia 9 do mesmo mês, em virtude de no citado dia ser tolerância de ponto. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou concordar com a alteração proposta.** -----

Terminadas as deliberações da Ordem do Dia, deu-se início às questões colocadas pelo público.-----

## **Período de Intervenção do Público**

A primeira pessoa a usar da palavra foi o Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo, António Toledo Alves. Após saudar a Presidente, Vereadores e público presente, fez um convite para todos estarem presentes no 1º Encontro Regional de Freguesias nos Açores, a decorrer nos dias 11 e 12 de Março, no Centro Cultural de Congressos. ---

No que se refere às questões relativas à freguesia do Posto Santo, o Presidente da Junta disse que existem várias preocupações que têm sido transmitidas à Presidente. A primeira questão tem a ver com os atrasos na obra do polidesportivo. A Presidente respondeu que relativamente ao processo nas questões da contratação pública não chega a vontade e a prova disso é o exemplo do Pavilhão do Posto Santo. Foi adjudicado o projecto e este não reunindo as condições para ser lançado a concurso público foi recusado. Afirmou, no entanto, que já foi feita uma nova adjudicação à empresa Arquingra, que irá apresentar o projecto de arquitectura em trinta dias e depois terá mais trinta dias para apresentar as especialidades. Para tal, a Presidente propõe que ao fim dos trinta dias que já se encontram a decorrer, se reunissem com o clube da freguesia para se averiguar se o projecto se adequa às necessidades das equipas desportivas. A Presidente disse, ainda, que foi contratada a empresa Arquingra pelo facto desta conseguir elaborar todas as peças processuais, incluindo as de especialidades, conseguindo igualmente fazer os trabalhos de estudo geológico e geotécnico, que é obrigatório nos termos de candidatura a fundos comunitários. A Presidente acrescentou ter havido um enorme revés, porque contavam lançar o procedimento no primeiro trimestre deste ano, mas que quando os processos foram analisados pelos engenheiros civis, chegou-se à conclusão que os mesmos não reuniam as condições necessárias. Assegurou que as expectativas de o processo ficar concluído em dois meses e em Maio ser presente à reunião de Câmara para a deliberação do procedimento público que prevê decorrer no espaço de quatro meses, estimando-se que a obra se inicie em Setembro deste ano. O Presidente da Junta do Posto Santo solicitou que o chão do pavilhão seja de madeira e não em piso sintético, como o do Porto Judeu ou da Serreta. A Vereadora Raquel Silva, disse que neste caso a situação é diferente porque relativamente aos outros mencionados são pavilhões de multiusos para diversas modalidades e para tal o pavimento tem de ser genérico. Quando existe uma só modalidade, como é o caso, existem pavimentos específicos para Futsal. A Presidente voltou a reiterar a necessidade de dos interessados se reunirem para análise do projecto de arquitectura.-----

Outra questão apresentada pelo Presidente da Junta do Posto Santo prende-se com a ligação da Canada do Talhinha à Boa Hora, que beneficia as freguesias do Posto Santo e Terra-Chã. A Vereadora Raquel Silva referiu que o troço da Canada do Talhinha à Boa Hora está no Pacote 3 de estradas que terá início, brevemente, no entanto existe uma questão que terá de ser ultrapassada com os proprietários dos terrenos, já que o traçado que está previsto no PDM não é o que os proprietários dos terrenos mais gostam, pois fazem uso agrícola daqueles terrenos e têm outras zonas de mata na periferia dessa área que não se importam que o traçado passe por lá. Para tal, os proprietários exigem que primeiramente o PDM seja alterado. De momento o que se está a fazer no âmbito do Pacote 3, tendo em conta que o projecto já estava incluído neste, é dar início ao pedido de alteração do PDM para que seguidamente os proprietários possam autorizar a passagem da estrada pelo terreno e, então, começar a obra. -----

Em seguida, o Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo colocou a questão de existir um acordo com a Autarquia, os Escuteiros e o Grupo Folclórico para a troca de sedes. A Presidente achou razoável que as três entidades dirigissem uma carta à

Câmara Municipal de Angra a propor a formalização da troca para que o assunto possa ser apreciado em reunião de Câmara. -----

O Presidente da Junta Freguesia do Posto Santo, questionou, também, se existe alguma possibilidade de abastecer água à lavoura em locais mais perto, como por exemplo atrás do Pico ou aproveitando o furo geotérmico, para a criação de um reservatório. O Vereador Cota Rodrigues disse que o furo da Geoterceira não tem água de qualidade e que a zona do Posto Santo é a pior da ilha em termos de recursos de água pelo facto de não existirem ribeiras.-----

A Presidente abordou a questão, relativamente a uma Quinta Biológica e que para tal reuniu alguma informação. A Sra. Maria Sousa fez um requerimento a solicitar a cedências de terrenos baldios pelo que responderam a dizer que não era da competência da Câmara. Em seguida, avançou com um pedido de informação prévia, para edificação na zona do parque de merendas e que foi dada informação desfavorável a 09 de Novembro de 2010, porque se encontra em espaço natural, onde a construção é interdita. Esse pedido resultou de conversações com a Junta de Freguesia, mas depois não houve desfecho. O Vereador António Ventura, afirmou que o que foi transmitido pela proponente é que tinha havido um diálogo com a Junta de Freguesia e havia algum interesse por parte desta nessa situação. O Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo interveio para dizer que a proponente apresentou um projecto de uma quinta biológica e que levaram o projecto à Assembleia de Freguesia para apreciação e, conforme o que foi apresentado, acharam a ideia interessante. Salvaguardaram duas situações, a primeira cederiam o espaço, desde que a proponente reunisse todas as condições para executar a obra e a segunda que todos os cidadãos do Posto Santo tivessem acesso gratuito a tudo o que lá se passasse. Cobia à proponente reunir as condições e os apoios para esse fim, mas em seguida a mesma disse que iria necessitar de terrenos baldios. Apesar de tudo, o Presidente da Junta confessou que sempre teve algumas dúvidas relativamente à concretização do projecto. Argumentou que se existisse possibilidade de execução haveria interesse por parte da Junta de Freguesia em apoiar, desde que salvaguardando o acesso ao mesmo pelos cidadãos do Posto Santo. Contudo, a Presidente da Câmara referiu que a concretização do projecto no local em causa era impossível. O Presidente da Junta de Freguesia afirmou que a proponente ficou de tratar das questões relacionadas com a viabilidade, bem como os apoios necessários, mas que até à data nunca mais houve qualquer contacto sobre esse assunto.-----

A Presidente informou aos presentes que a Câmara já tinha procedido à permuta dos terrenos com a Casa de Saúde de São Rafael, estando tal acto registado a favor do Município. Referiu que vai-se proceder à operação de loteamento, já existindo um esboço, mas que tem de ser submetido à discussão pública que durará 20 dias, para depois se poder proceder à cedência, pelo Município a favor das diversas entidades, das parcelas de terreno em causa. -----

O Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo referiu, por outro lado, que existe um projecto para a construção de um salão para actividades culturais, mas a obra só será possível se for financiada com fundos comunitários. A Presidente da Câmara afirmou que nesse caso tal não seria possível e questionou se existia um orçamento para a obra, a que o Presidente da Junta disse que não. A Presidente da Câmara sugeriu que se fizesse uma estimativa do custo da obra. Contudo, o Presidente da Junta de Freguesia disse que se trata de uma obra que terá um custo aproximado de um milhão de euros e que o local escolhido é um terreno próximo das traseiras da Igreja do Posto Santo. A Presidente da Câmara disse, então, que iria averiguar se há condições para fazer obra, mas alertou para a possibilidade de não haver enquadramento para a mesma. João Silveira pediu o uso da palavra para dizer que o projecto prevê um salão maior do que o já existente na freguesia e que teria uma sala para o museu, salas de

catequese, moradia para o pároco, entre outras. No seguimento dessa intervenção, a Presidente sugeriu que lhe facultassem uma memória descritiva do projecto para em seguida fazer uma consulta à Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais - DRPFE.-----

O Presidente da Junta Freguesia do Posto Santo, apresentou uma última questão sobre um assunto que qualificou como grave. A questão colocada está relacionada com terrenos junto à Grotta do Medo da Ladeira da Pateira, em que as águas pluviais estão a trazer fezes para a estrada. O Vereador António Ventura referiu que se a exploração está licenciada pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário tem que ter os requisitos essenciais para evitar essa situação e quem atribuiu o licenciamento, se o atribuiu sem esses requisitos, atribuiu mal. A Presidente da Câmara afirmou que a atribuição do licenciamento pode ter sido certa, mas que depois não se fiscalizou o que foi feito. O Presidente da Junta de Freguesia adiantou que já deu conhecimento dessa situação várias vezes às entidades responsáveis. Por fim, a Presidente da Câmara adiantou que tendo por base um ofício do Presidente da Junta, poderá falar no assunto quer com a Direcção Regional de Desenvolvimento Agrário quer com a Direcção Regional do Ambiente.-----

Em seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, José Guilherme Brasil, que começou por se congratular pela forma como a reunião decorreu depois da reunião pública na Freguesia do Porto Judeu e fez uma chamada de atenção para o estado em que se encontram as habitações sociais de Santa Luzia, afirmando conhecer bem as mesmas, bem como, o facto de estas terem sido mal executadas. Para tal, espera que haja uma boa intervenção, pois existem situações de habitações em muito mau estado. A Presidente da Câmara, respondeu que ia dar a indicação ao engenheiro Gil Navalho, para falar com o Presidente da Junta para ver a questão das coberturas dos prédios.-----

Por outro lado, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Luzia, não quis deixar de se congratular com o facto de na presente reunião, no que se refere aos apoios aos estratos sociais desfavorecidos, não ser mencionado o nome das pessoas em causa. Relativamente à pobreza, disse que as juntas, por vezes são os primeiros locais que as pessoas recorrem. Afirmou que é sua política e sua vontade que em Santa Luzia se procure ajudar essas pessoas. Realçou o facto de a Junta de Freguesia estar a pensar em criar um regulamento próprio para direccionar uma pequena verba que dispõe para essas situações.-----

O Presidente da Junta de Freguesia do Posto Santo, comentou, relativamente às reuniões de Câmara, que no que se refere às deliberações, achar que quando chegarmos ao Verão e com as imensas festas que acontecem, as mesmas poderem tornar-se extensas. A Presidente da Câmara, referiu que tiveram já essa questão em consideração, ou seja, que no período antes da ordem do dia, pediu aos Vereadores para aligeirarem as suas intervenções, pois por lei esse período tem uma hora de duração estipulada para a discussão de assuntos que não estão na agenda e que na presente reunião conseguiram cumprir esse objectivo. No que se refere à agenda, que tinha assuntos correntes, houve uma aprovação unânime à excepção de um ponto, o que prova que as pessoas estão de acordo na maioria das vezes, sendo isso um facto importante. Concluiu que, por vezes, existem situações em que cada pessoa tem que manifestar a sua posição e estas tendem a demorar mais algum tempo. -----

Antes de encerrar os trabalhos, a Presidente procedeu à leitura da minuta das deliberações.-----



## ENCERRAMENTO

Pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.

A Presidente da Câmara Municipal,

.....